

DOCUMENTOS BÁSICOS

EXPEDIENTE

A Cartilha nº 16 - **Documentos Básicos** é uma publicação do
Movimento Consulta Popular

Secretaria Operativa:

Rua Vicente Prado, 134

01321-020 São Paulo - SP

Telefax: (11) 3242-6644

Correio eletrônico: consultapopular@uol.com.br

1ª edição - junho 2005

SUMÁRIO

Apresentação	3
1. Carta da Assembléia dos Lutadores do Povo	5
2. Compromissos dos Lutadores do Povo	11
3. Carta da II Assembléia dos Lutadores e Lutadoras do Povo	13
4. Sobre o Instrumento Político	17
5. Documento do Movimento Consulta Popular	63

APRESENTAÇÃO

A partir da **II ASSEMBLÉIA NACIONAL DOS LUTADORES DO POVO**, em março de 2005, o Movimento Consulta Popular iniciou uma nova fase. “A construção de uma organização política que, sempre atuando junto do povo, possa disseminar amplamente uma nova interpretação do Brasil e propor ao país um programa de transformações estruturais”.

Nesta publicação, reunimos os textos fundamentais que sistematizam o debate acumulado e definem o projeto organizativo em construção. Através dela poderemos debater nos núcleos e assembleias estaduais as bases do Movimento Consulta Popular.

Iniciamos com o texto “Compromissos dos Lutadores do Povo”. Assumido em profissão de fé, em 10 de outubro de 1999, pelos 5 mil militantes que participaram da I Assembléia dos Lutadores do Povo, simboliza o nascimento da Consulta Popular, não mais como um espaço articulador de idéias, mas como um projeto transformador.

Em seguida, resgatamos a “Carta da I Assembléia Nacional dos Lutadores do Povo em 1999”, onde foram definidas as bases estratégicas do Projeto Popular.

No texto “Sobre o Instrumento Político”, realizamos o esforço de tentar sistematizar o debate sobre a construção

de uma nova ferramenta que corresponda ao atual momento da luta de classes.

A “Carta de Goiânia” aprovada na II Assembléia Nacional dos Lutadores do Povo expressa o salto de qualidade que buscamos no atual momento.

Por último, enviamos o documento que sintetiza os compromissos, princípios e regras de funcionamento da organização que queremos construir. Trata-se de um conjunto de regras e objetivos que vem sendo discutido desde janeiro de 2001. Durante a II Assembléia Nacional, deliberamos que o processo de debates e consultas em torno desta síntese de regras, princípios e objetivos deve prosseguir, recolhendo sugestões dos núcleos e assembléias estaduais e gerando um compromisso comum a todos os militantes.

Coordenação Nacional do
Movimento Consulta Popular

1

CARTA DA ASSEMBLÉIA DOS LUTADORES DO POVO

Depois de mais de 1.600 quilômetros percorridos em caminhada, 1.100 lutadores e lutadoras do povo, oriundos de 23 estados, ligados a diferentes movimentos sociais, chegaram a Brasília. No trajeto, em escolas, igrejas e associações de todo tipo, fizeram palestras para mais de 200 mil pessoas. Foram vistos por muitas mais. Sua movimentação disciplinada por estradas e cidades substituiu a pedagogia do discurso pela pedagogia do exemplo, muito mais sincera e eficaz. A imagem da luta se fazia nítida, direta e clara. Foi a Marcha Popular pelo Brasil.

O apoio do povo aos marchantes foi extraordinário: deixamos o Rio de Janeiro em 26 de julho com provisões para uma semana, e daí para a frente, até 7 de outubro, a sociedade nos sustentou. Praticamos o trabalho voluntário. Aprendemos a ter mais perseverança. Nos conhecemos melhor. Na chegada, milhares de companheiros se somaram. Entramos juntos na capital do país, em manifestação emocionante, que jamais esqueceremos. Permanecemos em assembléia durante três dias, debatendo um novo projeto para o Brasil. Somos da Consulta Popular.

Vimos, em todo o trajeto, que o povo não aceita permanecer submetido às políticas atuais. A obra de desconstrução da Nação está exposta, sem véus, aos olhos de todos. Todos percebem que o Brasil não conta com um governo que, internamente, ajude a sociedade a organizar-se para aumentar o bem-estar coletivo e, externamente, represente os interesses do país no sistema internacional. O governo tornou-se um agente promotor da crise e da desigualdade, na medida em que escolheu representar, dentro do Brasil, os interesses dos países e grupos econômicos dominantes no sistema internacional.

Rompidos os laços entre governo e sociedade, o Brasil foi lançado em uma crise sem precedentes. O setor produtivo paga o preço de uma prolongada estagnação; a economia nunca foi tão vulnerável às pressões do exterior; a condução da política econômica foi entregue a uma instituição estrangeira, o FMI; refém do capital financeiro, o Estado perdeu a capacidade de realizar investimentos e prover serviços públicos essenciais; o

pacto federativo foi rompido; o desemprego atingiu níveis inconcebíveis; a agricultura familiar está marginalizada; saúde, educação e instituições de pesquisa estão em colapso; a desesperança e a violência se disseminam.

O Brasil vive uma crise que questiona o seu destino. Se o caminho atual não for alterado a tempo, o país será levado a abrir mão de sua moeda e de seu espaço econômico nacionais, inserindo-se em uma zona do dólar plenamente constituída, consolidada pela formação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Deixarão de existir as poucas empresas estratégicas de base nacional que ainda restam, como a Petrobras e o Banco do Brasil. Voltaremos à condição de colônia.

A experiência dos vinte últimos anos mostra que simples alterações na política econômica não são suficientes para reverter esse quadro. Ultrapassados curtos períodos de falsa esperança, a crise estrutural do país – a crise de identidade, de valores, de confiança em si mesmo, de capacidade – se recompõe e se agrava, moldando no tempo uma trajetória de degradação. Isso ocorre porque o sistema de poder nunca foi alterado, impedindo assim que se alterasse a organização socioeconômica da Nação, em benefício da maioria.

Grande parte da oposição desistiu de enfrentar esse debate e propor uma alternativa programática radical que vá às raízes da crise. Outra parte pretende ser radical a partir de posições doutrinárias. Não nos identificamos com essas duas posições. Estamos construindo uma alternativa radical em profunda ligação com o povo, respeitando seus ritmos e sua cultura, compartilhando suas formas de vida – numa palavra, sendo parte dele. A Marcha e a Assembléia foram episódios dessa caminhada maior, voltada para construir e consolidar o Projeto Popular para o Brasil.

No primeiro dia da nossa Assembléia, detalhamos os cinco compromissos que formam o ponto de partida desse projeto:

1. O compromisso com a soberania, que é a conquista, pelo povo brasileiro, da capacidade de definir com autonomia seus

próprios objetivos, bem como os caminhos que deseje trilhar para alcançá-los;

2. O compromisso com a solidariedade, que exige a mobilização de todos os recursos e de toda a capacidade produtiva, técnica e cultural do Brasil para eliminar a miséria, a pobreza e a incultura, garantindo a todos um patamar comum de dignidade e igualdade;
3. O compromisso com o desenvolvimento, ou seja, com o uso pleno de nossas terras, recursos, instalações produtivas e capacidade de trabalho, em um mutirão que nos retire da condição de país periférico e dependente;
4. O compromisso com a sustentabilidade, que traz para o centro das preocupações a proteção ao ser humano e à natureza que nos cerca;
5. O compromisso com a democracia popular, cuja construção passa por uma profunda reforma nas instituições de poder, bem como nos meios de comunicação de massas, para colocá-los sob controle do povo.

As medidas fundamentais para alterar esse sistema de poder ocuparam o segundo dia da nossa Assembléia. Detêm o poder aqueles grupos que comandam recursos e instituições decisivas na organização da vida social, fazendo com que a sociedade funcione de forma subordinada a seus interesses. A causa principal da prolongada crise brasileira é o controle, pelas elites dominantes, desses instrumentos de poder. Democratizá-los é o ponto central do nosso projeto, que tem como ponto de partida cinco pontos fundamentais:

1. A democratização da terra, principal recurso natural do país;
2. A democratização do solo urbano, condição para um reordenamento da vida nas cidades, onde está a maioria da nossa população;
3. A democratização do capital, instrumento que controla a alocação de recursos e comanda a principal força produtiva da sociedade, o trabalho;

4. A democratização da informação, que determina a formação de opiniões e valores, desempenhando assim um papel central na organização social e política;
5. A democratização da cultura, elemento decisivo para a reconstrução da identidade e da auto-estima do nosso povo.

A Marcha Popular pelo Brasil não terminou em Brasília. Os 5 mil lutadores e lutadoras do povo aqui reunidos, que representam outros milhares, assumimos o compromisso de retornar aos nossos estados como organizadores da Consulta Popular e multiplicadores do Projeto Popular para o Brasil. Voltamos confiantes. Estamos construindo uma organização de novo tipo, dirigida para a luta, e cujas marcas são a unidade, a disciplina militante e a fidelidade ao povo. Uma organização que pratica os valores da solidariedade, da gratuidade, da honestidade e do trabalho coletivo. Isso é condição para podermos enfrentar a crise histórica que vive o país. Uma crise cuja superação exigirá lutas e sacrifícios, que serão recompensados pela construção de uma pátria livre, justa e solidária.

Pátria livre, venceremos!

**Assembléia dos Lutadores do Povo
Brasília, 10 de outubro de 1999**

2

COMPROMISSOS DOS LUTADORES DO POVO

Decididos a levar em frente a construção de um novo Projeto para o Brasil, confiantes na organização e na força do povo brasileiro, assumimos o compromisso de alimentar a esperança em cada coração e seguir em frente na construção desta grande causa.

Nos comprometemos a sermos fiéis aos anseios e princípios que orientam nosso Projeto, e jamais pensar em fraquejar ou desviar o caminho, que nos deverá levar a libertação completa dos filhos oprimidos desta grande nação.

É com o coração aberto que pretendemos edificar esta nova pátria socialista e solidária, com todas as nações do mundo, que plantam e semeiam valores que dignificam os seres humanos em harmonia com a vida de todas as espécies.

Certos de que seremos vencedores, reafirmamos nossa disposição de combater toda e qualquer injustiça, enfrentar os poderosos e os oportunistas, desamarrar as correntes da ignorância e da opressão, que aprisionam nosso povo, mas que não nos impedem de sonhar com a liberdade.

Seguiremos em marcha sem temer o futuro, buscaremos através da luta eliminar a violência e construir a paz.

Na sombra de nossa rebeldia, descansarão as futuras gerações e o poder nos dará condições de entregar-lhes esta pátria livre, independente, democrática e solidária.

Pátria Livre!

Viva o Projeto Popular para o Brasil!

Viva as esperanças e os sonhos do povo brasileiro!

Brasília, 10 de outubro de 1999

3

CARTA DA II ASSEMBLÉIA DOS LUTADORES E LUTADORAS DO POVO

Entre os dias 3 e 6 de março, na cidade de Goiânia, reuniram-se 223 lutadores e lutadoras do povo, oriundos de vinte estados, para debater a situação brasileira, as tarefas para o período que se inicia e o futuro da Consulta Popular. Não foi um evento isolado. Desde 1995, muitos desses lutadores, entre outros, acompanham com grande preocupação os rumos da esquerda brasileira. Em dezembro de 1997, realizamos em Itaipá uma primeira conferência, na qual nasceu a Consulta Popular, que desde então, com acertos e erros, constituiu um pólo de reflexão e de prática.

Identificamos que estava em curso na esquerda brasileira uma crise com três faces fundamentais: uma crise de valores, com a difusão cada vez mais ampla dos valores da política tradicional em substituição aos valores históricos da luta socialista; uma crise de prática, com o crescente afastamento da esquerda em relação ao povo; e uma crise de pensamento, com a perda de referenciais teóricos e estratégicos, substituídos pelo pragmatismo e o imediatismo.

Para combater essas deformações, a Consulta concentrou sua atuação, nesse período, na formulação teórica e política de uma alternativa para o Brasil, na formação e articulação de lutadores do povo, e no apoio aos movimentos sociais. Logo compreendeu que a jornada seria longa, com muitos passos intermediários. Sua organicidade permaneceu insuficiente. Porém, o fato de ela ter-se mantido viva e ativa mostra que correspondia a uma necessidade real. Mais do que isso: sete anos passados da I Assembleia de Lutadores e Lutadoras do Povo, pouca dúvida resta de que nossas preocupações e críticas estavam corretas. Acreditamos que também estava basicamente correta a nossa interpretação da crise brasileira como uma crise de destino que terá de ter uma solução inédita em nossa história, com a construção do poder popular.

Este nosso encontro realiza-se em uma conjuntura diferente daquela de 1997 e 1999. A força hegemônica da esquerda brasileira abandonou qualquer projeto de transformação do país e o governo de Lula gerou grande frustração. É uma situação

que tem disseminado perplexidades, aumentado o descrédito do povo na eficácia da ação política e provocado a dispersão de militantes. As dificuldades e riscos daí decorrentes são claros. Isso exige de todos nós um esforço redobrado de superação. Ou construímos as bases para uma ação dotada de nova qualidade, ou apenas repetiremos idéias e práticas que são insuficientes para fazer face ao imenso desafio atual.

Convidamos lutadores e lutadoras a realizar o balanço crítico dos erros cometidos e, principalmente, a construir uma organização política que, sempre atuando junto do povo, possa disseminar amplamente uma nova interpretação do Brasil e propor ao país um programa de transformações estruturais. Isso é mais do que somar reivindicações de cada movimento social. Por isso, a Consulta não substitui nem concorre com as diversas formas de coordenação e de articulação de movimentos já existentes.

Reconhecemos e valorizamos o legado deixado pelos lutadores do passado. Porém, tarefas novas demandam soluções novas, a serem construídas no caminho. A Consulta não parte de uma fórmula pronta. A organização se constrói na ação pensada. A base inicial dessa organização política, que começa a constituir-se, é formada, principalmente, pelos milhares de militantes dos movimentos sociais, que são um importante patrimônio acumulado pela esquerda brasileira e que serão incentivados a assumir como seu objeto de reflexão e de prática, de forma ainda mais plena, o Projeto Popular para o Brasil. Essa militância social será agora chamada a organizar-se politicamente em torno da causa comum da realização da Revolução Brasileira.

Considerada em perspectiva histórica, a Revolução Brasileira amadureceu. Mas as condições políticas para realizá-la não estão dadas. Para isso, os grupos sociais que vivem no mundo do trabalho e da cultura, unidos ao povo mais pobre – ao qual nega-se hoje acesso às condições mínimas para uma vida digna –, precisarão derrotar os grupos dominantes, que usufruem a desigualdade social

interna e a dependência externa. Nossa sociedade, então, poderá reorganizar-se como uma sociedade socialista.

Assumimos neste encontro de Goiânia o compromisso de dar um salto de qualidade na organização da Consulta Popular. A nova Coordenação Nacional, aqui indicada, será depositária de uma responsabilidade de direção política clara. Passaremos a ter uma vida orgânica muito mais regular, com princípios, regras e disciplina bem-definidos, no interior de uma estrutura democrática e flexível. Buscaremos melhores métodos de trabalho, a serem adaptados em cada local pelos núcleos militantes. Estabeleceremos metas. Concentraremos nossos esforços em tarefas multiplicadoras, com destaque para a formação de novos lutadores, o aprofundamento de nossa compreensão teórica e política da crise brasileira, o desenvolvimento de múltiplas formas de comunicação e diálogo com o povo, e o fortalecimento dos movimentos sociais. Prepararemos milhares de militantes para atuarem decisivamente, junto do povo, quando este decidir tomar em mãos o seu próprio destino.

A Consulta Popular, agora em via de consolidar-se como organização política, considera-se uma parte do conjunto maior de militantes e lutadores, hoje dispersos, e adotará uma posição cooperativa com todas as demais iniciativas capazes de contribuir para a renovação da esquerda e a refundação do Brasil.

Reafirmamos hoje o compromisso, expresso na carta da I Assembleia de Lutadores e Lutadoras do Povo, em Brasília em 1999: "Construiremos uma organização de novo tipo, dirigida para a luta, e cujas marcas são a unidade, a disciplina militante e a fidelidade ao povo. Uma organização que pratica os valores da solidariedade, da gratuidade, da honestidade e do trabalho coletivo. Isso é condição para que possamos enfrentar a crise, de dimensão histórica, que vive o Brasil. Uma crise cuja superação exigirá lutas e sacrifícios, que serão recompensados pela construção de uma pátria livre, justa e solidária."

Goiânia
6 de março de 2005

4

SOBRE O INSTRUMENTO POLÍTICO

Os últimos dois anos possibilitaram que diversas concepções que vem sendo discutidas no espaço da "Consulta Popular" pudessem ser melhor compreendidas por setores da militância de esquerda que apresentavam forte resistência á suas propostas. Hoje, passado 7 anos do intento de dar organicidade ao Projeto Popular, fica claro que apesar de todas as dificuldades enfrentadas, sobrevivemos como expressão política porque compreendemos, a tempo, um processo que apenas se desenhava no horizonte. Essa virtude, que nos coloca em condições vantajosas ante uma situação que transforma em realidade o que há pouco tempo parecia mera conjectura, não se deu desprovida de erros e limitações de nossa parte.

Quando retomamos o debate sobre a construção de um "Instrumento Político", devemos resgatar todo um processo de debates que acumulamos desde 1997, principalmente examinando nossos limites e dificuldades ao longo desta trajetória.

As análises políticas, de diversas tendências de esquerda produzidas nos últimos meses, coincidem na identificação de que vivemos um momento de transição. A frase "quando o velho ainda não morreu e o novo não nasceu", aparece cada vez mais nos textos que buscam retratar o atual momento político e apontar saídas ante um crescente processo de dispersão.

Em nosso documento "Refundar a Esquerda para Refundar o Brasil", utilizamos o conceito de ciclos históricos da esquerda para facilitar a compreensão deste processo. A demarcação de processos históricos em ciclos e períodos, sempre pode ensejar manipulações, estabelecendo divisões temporais que apenas comprovam a tese a ser defendida. Todos os conceitos de demarcação de temporalidade aplicados na história devem ser vistos com reserva. Entretanto, o método oferece vantagens pedagógicas, possibilitando estabelecer comparações importantes.

Identificamos três elementos principais que caracterizam um ciclo de vida da esquerda:

a) A predominância de uma certa interpretação da sociedade; essa interpretação serve de base para a formulação de um programa que resume as mudanças propostas naquele período histórico;

b) A percepção de uma forma de luta estratégica, que, uma vez conduzida com êxito, apoiada por outras formas de luta, possibilita alterar a correlação de forças entre as classes e inaugurar um novo e mais avançado período de lutas;

c) A presença de uma organização política que se apresenta legitimamente, aos olhos da sociedade e da maioria dos militantes, como instituição mais autorizada para propor, defender e aperfeiçoar aquela interpretação e como a mais capacitada para conduzir a luta estratégica, a ela associada.

Afirmamos que, enquanto ferramenta transformadora, o "Ciclo PT" está chegando ao fim. Partindo destas premissas, a primeira questão que se coloca é entender como se deu o

processo histórico deste ciclo, quais as razões que determinaram seu esgotamento e que heranças e características deixará para o futuro.

2. CONDIÇÕES QUE PROPORCIONARAM O CRESCIMENTO DO PT E SUA TRANSFORMAÇÃO EM PARTIDO ELEITORAL.

Formidável organização de massas que se converteu no principal modelo de instrumento político nos últimos 25 anos, o PT influenciou decisivamente em todas as experiências de partidos institucionais surgidos após seu nascimento.

Portanto, o debate sobre o processo que determinou o esgotamento do PT enquanto ferramenta transformadora é essencial para a estratégia revolucionária em nosso continente e permite vislumbrar as pistas do novo ciclo que poderá se iniciar.

O PT surge no poderoso resacas do movimento de massas que se produz a partir de 1977. Com a derrota militar da resistência armada à ditadura, os diversos "riachos" das organizações de esquerda remanescentes, setores da igreja popular, intelectuais progressistas e grupos de oposição sindical, vão "desaguar" no grande "lago" do PT, tendo como elemento catalisador da unidade, a irrupção das greves metalúrgicas e a presença de sua principal liderança à frente do projeto organizativo. A figura de Lula, ao mesmo tempo em que assegurou a unidade e um forte apelo para a participação militante, determinou o conteúdo do projeto partidário que se delineava.

Mais do que ser o desaguidador de agrupamentos e militantes, o PT se converteu no polo atrativo de todos que lutavam contra a censura, pelo direito de greve, pela liberdade de opinião, por anistia, eleições directas etc. Um partido de massas, que se definia como anticapitalista, plural, com forte presença operária. Em pouco tempo, o exemplo do PT projetou-se como um novo paradigma da esquerda mundial estimulando o surgimento de instrumentos similares. Para o PT vieram muitos dos melhores e mais experientes quadros da resistência armada, nossos

principais intelectuais e as mais representativas lideranças populares.

Em seu início, havia um forte debate e uma intensa disputa sobre a definição tática. Nos primeiros anos o centro da atuação partidária se dava na construção de núcleos em fábricas, escolas e bairros. Até as eleições de 1982 ainda haviam expressivas correntes que defendiam que o partido somente deveria disputar eleições presidenciais (quando fossem conquistadas). Tal fato, que hoje parece tão estranho para aqueles que cresceram conhecendo apenas um partido de perspectivas meramente eleitorais, nos mostra que as alterações ocorridas no PT não podem ser apenas reputadas a mudanças ideológicas de alguns dirigentes. O PT dos anos 80 assumiu um programa de mudanças estruturais e esteve presente em cada luta e confronto de classes que se produziu em nosso país.

Recentemente, um grupo de estudantes realizou um documentário (O Espetáculo Democrático) em que se combinam imagens do discurso de Lula em 1989 e no momento de sua posse. As imagens são eloquentes e espancam qualquer dúvida sobre a intensidade da metamorfose desta importante liderança popular. Porém, por mais chocante que pareçam as opiniões de alguns dirigentes do atual PT, uma questão não pode ser esquecida, por maiores que tenham sido as mudanças nas trajetórias pessoais dos dirigentes, os posicionamentos de defesa do capitalismo estiveram presentes desde a fundação do partido. A questão, fundamental para entendermos este processo, é indagar por que concepções mais atrasadas conseguiram hegemonizar esse formidável instrumento político?

2.1. Quais os elementos que possibilitaram a construção da hegemonia de uma concepção que abandonou completamente a perspectiva transformadora? Como essa organização, com definição anticapitalista, que reunia o melhor de nossa esquerda, chegou à situação atual? Por que o PT não se viabilizou como ferramenta revolucionária?

a. A primeira questão que merece ser aprofundada é a incompatibilidade entre o ascenso de massas no Brasil e na América Latina com o refluxo iniciado nos países centrais. Em outras palavras, nosso ascenso de lutas coincidiu com o início do descenso no âmbito mundial. Em nosso continente vivíamos o triunfo da Revolução Nicaragüense (em julho de 1979), a ofensiva militar em El Salvador, uma formidável retomada da luta de massas reconstruindo a UNE, fundando o PT, CUT, CMP e MST, tudo isso na contramão do processo mundial. Nosso grande momento, enquanto expressão da luta de massas – as diretas já – quando, pela primeira vez as massas urbanas concentradas nas imensas metrópoles mostraram seu potencial de alterar a correlação de forças, se deu quando os projetos neoliberais avançavam na Europa, iniciando as privatizações e dando os contornos da fase neoliberal. Tal situação não foi identificada nas análises políticas de nenhuma corrente de esquerda, revelando nosso limite de compreensão das mudanças estruturais mundiais para nossas definições estratégicas. A quase vitória nas eleições de 1989 nos parecia apenas um ensaio para a eminente vitória. Ledo engano. Nas eleições de 1994 o cenário já seria outro e o PT também;

b. Essa incompatibilidade entre nosso ascenso e a conjuntura mundial atingiu em cheio as forças de esquerda desprevenidas. O fim da URSS e das experiências socialistas do leste europeu estimulou a criação de uma atmosfera antissocialista que invadiu os meios de comunicação, desmoralizando as propostas transformadoras e fortalecendo a idéia de “inevitabilidade do capitalismo”. O apregoado “Fim do Socialismo” com a queda dos regimes do Leste Europeu implicou numa profunda derrota do movimento operário, possibilitando ao capitalismo a tentativa de construção de um mundo unificado, militarmente unipolar, no qual se verifica uma acumulação gigantesca do capital e onde o papel dos governos nacionais se limita a de serem “bons administradores dos interesses capitalistas”. Além disto gerar uma correlação de forças

desfavorável às transformações revolucionárias, os processos eleitorais acabaram se convertendo na “única possibilidade de se fazer política”. Com o desmonte do Movimento Comunista Internacional, da Federação Sindical Mundial e de outros organismos que eram sustentados pelo bloco soviético, facilitou-se a influência e aproximação do PT com a “social democracia” européia, fortalecendo vínculos e apoios financeiros que influenciaram sua luta interna. Como apontamos em documento da Consulta Popular de 1998: “a esquerda, majoritariamente, deixou de acreditar no sonho da libertação, e a idéia de futuro passou a ser construída dentro das regras e espaços permitidos pelo pensamento dominante, sempre como resultante da soma, ou da sucessão, de operações de curto prazo, tanto na economia como na política. Nesta lógica, as estratégias não contemplam descontinuidades, mutações e principalmente rupturas. Aceitou-se, passivamente, que os conceitos de Revolução, Imperialismo e Luta de Classes fossem desqualificados como ultrapassados e a ação política se limitasse a lógica do possível”.

c. A onda neoliberal, incrementada pela nova correlação de forças, atingiu o mundo do trabalho como um maremoto. Mesmo nos países centrais, conquistas históricas da classe operária foram suprimidas. As reestruturações do trabalho determinaram um enfraquecimento do movimento sindical, principal polo de sustentação do PT e, até então, canal não eleitoral de ligação com as massas. Impotentes para travar embates para recompor os salários, os dirigentes sindicais investiram nas eleições, levando métodos burocráticos e a força dos aparelhos sindicais para as disputas entre as correntes de esquerda. Enquanto a categoria dos trabalhadores bancários era dizimada pelas inovações tecnológicas, perdendo direitos conquistados ao longo de décadas, o sindicato dos bancários fortalecia sua bancada parlamentar, constituindo um exemplo do papel desempenhado pelas lideranças sindicais petistas nos anos de refluxo. Parte expressiva da liderança sindical que

- construiu a CUT no começo dos anos 80 assume postos parlamentares e passa a ocupar papel destacado na direção partidária;
- d. O rápido desmantelamento dos estados nacionais com as aceleradas privatizações, tanto nas áreas estratégicas da economia, quanto na prestação de serviços públicos, aprofundou a dependência econômica externa. A dependência foi cristalizada por instrumentos jurídicos que blindaram tal situação. O Estado esvaziado não tem mais capacidade de gerar empregos e de interferir nos rumos econômicos. Qualquer decisão de um estado nacional somente subsiste quando avalizada pelo sistema financeiro nacional e internacional. Esse quadro contribuiu para determinar que o horizonte da política enquanto “arte do possível” se rebaixasse ainda mais. Os cursos de formação patrocinados pelo PT para seus candidatos a prefeito refletiram esse processo. Nenhuma prefeitura importante governada pelo PT esboçou qualquer enfrentamento com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Pior ainda, tal monstro jurídico contou com a complacência parlamentar de setores do PT.
- e. Os hábitos de consumo, incrementados pela ofensiva capitalista na população, arraigaram-se de tal forma que hoje se associam culturalmente aos conceitos de desenvolvimento, civilização e progresso, bloqueando propostas que não assegurem o aumento do consumo e limitando as possibilidades da ação política transformadora. Mudanças estruturais que resolvam efetivamente os problemas sociais brasileiros, inevitavelmente abalarão os padrões de consumo das classes médias. Com os programas políticos determinados pelos institutos de pesquisa, sempre com o olhar voltado para as próximas eleições, as propostas petistas passaram, cada vez mais, a se igualar às dos partidos burgueses, oferecendo soluções inviáveis aos problemas sociais por não atuarem em suas causas estruturais;

- f. O enorme poder concentrado da mídia passa a atuar como verdadeiro partido político da classe dominante, interferindo quotidianamente na luta interna petista, premiando e fortalecendo a imagem dos dirigentes que se amoldam ao sistema e condenando ao ostracismo aqueles que insistiam em manter um projeto de enfrentamento. As lições tiradas sobre a atuação da mídia (em especial a Rede Globo) nas eleições de 1989, tiveram forte influência nas análises da corrente hegemônica do PT;
- g. O estímulo para implementação de políticas compensatórias por parte do FMI, Banco Mundial, BIRD e outros instrumentos de regulação do capitalismo, fomentando ONGs e programas de bolsas de ajuda fizeram com que parte expressiva da militância de esquerda fosse absorvida por práticas e organismos assistencialistas, abandonando o cenário do confronto de classes, facilitando a absorção de idéias reformistas e ampliando a dependência das máquinas estatais (prefeituras, governos de estado, indicações de parlamentares).
- 2.2. - A estes elementos objetivos que favoreceram o fortalecimento das atuais concepções hegemônicas do PT e que são determinados pela direção assumida
- a) a indefinição programática que caracterizou as resoluções congressuais, utilizando definições amplas e ambíguas para contemplar a diversidade política ideológica em suas fileiras. O uso intensivo da “definição socialista”, enquanto uma referência meramente ideológica, sem qualquer definição de conteúdo político, estratégico e tático, serviu apenas para acalmar as correntes consideradas esquerdistas, sem qualquer efeito prático nas deliberações políticas. A cada congresso ou encontro nacional as correntes de esquerda se consolavam com as derrotas, reafirmando: “mas o programa do PT continua Socialista”. Enquanto isso, o pensamento que diz não haver outra alternativa, senão a saída capitalista, onde o mercado, e não o Estado, é que corrigirá as inclemências e as

disfunções do capitalismo, penetrou profundamente na geração militante que controla a direção política do PT e da CUT;

- b) o esvaziamento do papel dos núcleos partidários, enquanto instrumentos orgânicos de deliberação, aprovado no Encontro Nacional de 1987, enfraqueceu a influência da militância de base, fortalecendo as lideranças que se construíram no processo eleitoral. Ao invés de se manterem organizados em núcleos do partido, os militantes se articulam em mandatos parlamentares ou tendências internas. Os núcleos, enquanto instância partidária, eram um mecanismo diferenciador, que assegurava a democracia partidária;
- c) durante a luta contra a ditadura a esquerda brasileira centrou seu programa em torno das liberdades democráticas. Esta questão que era correta e adequada para aquele momento histórico, contribuiu para obscurecer a crítica ao caráter de classe da democracia enquanto instrumento de dominação burguesa. As idéias que identificavam a nossa controlada democracia burguesa, como um bem universal, proliferaram sem nenhum significativo enfrentamento ideológico. Os cursos de formação do PT (enquanto existiram), identificavam o Estado como uma espécie de entidade neutra, desprovida do conteúdo de classe;
- d) Os limites do projeto "social democrata" no atual momento. A História nos mostra que o reformismo só avançou em determinadas condições, isto é, quando existe crescimento da economia capitalista, quando existem possibilidades de ampliar o mercado interno, quando existe uma situação internacional favorável. A inexistência de tais fatores determinou que as idéias "social democratas", ao chegarem aos governos locais ou nacional, se limitassem a reproduzir o modelo neoliberal, impotentes para esboçar qualquer alternativa com mínima credibilidade.

3. O PAPEL DO PT

Identificar o esgotamento do "Ciclo PT" não equivale a prever um enfraquecimento do partido do ponto de vista eleitoral. É provável até mesmo que o PT se fortaleça eleitoralmente nos próximos anos. O esgotamento se refere a seu potencial enquanto ferramenta política de transformação.

A afirmação contém o entendimento de que tal processo ainda levará um tempo incerto para se consolidar e com certeza ocorrerá de forma diferenciada aos olhos das parcelas população. Provavelmente, durante um longo tempo o PT continuará a ser a principal referência eleitoral para os oprimidos, não deixando qualquer espaço para as correntes de esquerda que buscarem enfrentá-lo nas urnas.

Tampouco pretendemos travar uma luta política com o PT. O esgotamento de seu papel enquanto ferramenta de transformação não significa que deixará de cumprir um papel como aliado dos movimentos populares. Essa é uma questão que merece ser bem debatida. Muitas correntes e tendências que se empenharam na luta interna partidária enfrentam graves dificuldades para permanecer no PT. Alguns manifestam profundo rancor por se sentirem traídos ao longo deste processo. Tais sentimentos, extremamente legítimos, não podem obscurecer nossa compreensão sobre o papel que o PT ainda pode cumprir.

4. AS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO CICLO QUE SE ESGOTA.

No surgimento do PT havia forte disputa sobre a tática a ser implementada. Como já dissemos, até mesmo a participação nas eleições era uma questão polêmica. A **meta-síntese** que se consolidou, vanguardando não só o PT, enquanto instrumento partidário, mas o conjunto das lutas sociais, materializou-se na consigna: **LULA-Lá.**

Uma meta-síntese clara, facilmente compreendida e materializada. Construir diretórios, eleger vereadores, deputados, prefeitos, foram ações que galvanizaram uma imensa massa

militante. No horizonte, a mesma perspectiva animava a todos, vamos eleger Lula para mudar o Brasil.

Se algo unificou toda a militância da esquerda brasileira é o fato que, ao longo dos últimos 20 anos, em algum momento de nossa vida, todos ajudamos a construir a vitória de Lula. Eis porque, exatamente a conquista desta meta-síntese, materializa o esgotamento do ciclo político.

Os principais esforços e acúmulos da esquerda brasileira foram canalizados para a conquista de espaços eleitorais. Essa centralidade tática marcou profundamente a cultura política da esquerda brasileira. Nenhum setor do movimento popular ficou imune aos efeitos desta meta-síntese.

Dáí porque a frustração com a vitória de Lula não pode ser minimizada. Seu impacto atinge profundamente os setores populares mais conscientes, alimentando uma desconfiança que fecha as portas para novos intentos nos mesmos moldes. Sabemos que a frustração será crescente e ainda que os índices de popularidade se mantenham (ou até se elevem), o papel de Lula como líder de um processo de transformações está encerrado á decepção.

Mas o equívoco principal dessa centralidade tática foi a de tornar toda uma geração desarmada ideologicamente diante da democracia burguesa. A concepção hegemônica do PT disseminou a visão do estado brasileiro como uma espécie de entidade neutra. Bastaria uma vitória eleitoral para que estado passasse a servir aos trabalhadores. Tal concepção, arraigada mesmo nas tendências da esquerda petista, torna natural e inquestionável que qualquer decisão política sempre se oriente pela conquista eleitoral do governo. Agora frustradas com o Lula-lá, elas saem numa verdadeira corrida para saber quem alcançará um novo registro eleitoral que permita lançar uma nova candidatura de esquerda em 2006!

Para essa cultura política, o trabalho de base, o acúmulo de forças, as ações de propaganda e os enfrentamentos de massa são apenas pontos de apoio para fortalecer um projeto eleitoral.

Os debates da Consulta Popular, desde 1997, identificam este processo. Fomos muito criticados por isso. No Encontro Nacional da Consulta Popular, realizado em fevereiro de 2001, identificamos este quadro, descrevendo um cenário que gerou muitas polêmicas na época, mas que hoje é retratado com cores ainda mais fortes por aqueles que então nos criticavam. No texto aprovado neste encontro apontávamos a grande armadilha que aprisionou a esquerda brasileira, descrevendo seus efeitos na formação dos militantes:

“É certo que a esquerda tem avançado em cada eleição, mas a que preço! De um lado, a arquitetura institucional brasileira e a configuração estrutural do nosso capitalismo, no período atual, deixam espaços escíusos para políticas redistributivas minimamente eficazes, feitas de cima para baixo. Pois o Estado tornou-se refém da acumulação financeira, e as instituições políticas – embora conservando características formais de uma democracia – perderam a conexão com as demandas por uma nação mais digna e uma vida melhor. Temos um Estado forte para favorecer e corromper, porém fraco para liderar e mudar”.

“Alguns líderes da nossa esquerda já anunciam isso, sem tergiversações. Não propõem mais o velho e saudoso reformismo, mas sim o puro e simples conformismo, na forma de um rebaixamento quase inacreditável das práticas e das metas programáticas. Muitos desses líderes serão úteis para legitimar a solução conservadora da crise de destino a que nos referimos, exigindo em troca, talvez, uma bolsa-escola”.

“A situação não é diferente no que diz respeito à propaganda de idéias. Entregues a marqueteiros, as campanhas trocaram idéias por espertezas. Política também se tornou mercado. A despolíticação cresce a cada eleição, que agora quase não mobiliza militantes-cidadãos, cada vez mais dispensáveis, do ponto de vista dos aparatos de profissionais. Problemas estruturais da sociedade tornam-se problemas administrativos a serem resolvidos pelos políticos nos marcos institucionais existentes, cabendo ao povo brasileiro o papel de agente passivo. As relações de poder que moldam por dentro a sociedade ficam intocadas, como se fossem imutáveis, exatamente como as elites desejam. No máximo, levanta-se a bandeira da ética”.

“O que era um meio tornou-se um fim em si mesmo. Assim enquadradas, as eleições têm sido um momento privilegiado para difundir maciçamente a ideologia conservadora. Em nada contribuem para desenvolver o sentido crítico do povo em relação ao sistema e fortalecer sua capacidade de mobilização, ou seja, sua vontade de tomar para si a construção do próprio destino. Se não há grandes alternativas em jogo, então não há lugar para engajamentos coletivos movidos a entusiasmo e esperança”.

“O povo sabe que esse jogo político não lbe é claro nem acessível e não transformará a existência real de ninguém, marcada pelo cotidiano de luta pela sobrevivência, esmagamento e alienação. O resultado é um amplo descrédito na atividade política. Todos parecem mais ou menos iguais”.

“Grande parte da esquerda brasileira tem sido cúmplice dessa situação. O político tradicional – seja conservador, seja progressista; esteja ou não no exercício de mandatos – tem de curvar-se ao que a sociedade é, ou parece ser. O revolucionário pensa sempre no que ela não é, nem parece ser, mas pode vir a ser”.

“O político é escravo da “opinião pública”, uma entidade difusa que expressa o que se publica na imprensa, o que dizem as elites, o que pensa a classe média ilustrada, muitas vezes progressista. O revolucionário tenta identificar os sentimentos profundos do povo – sentimentos que raramente ganham a forma de uma “opinião” articulada, respeitável e bem-pensante, ou seja, uma “opinião pública” –, para descobrir neles os elementos, mesmo confusos, que podem impulsionar uma reorganização da vida social”.

“O político tende a considerar-se importante, quando, na verdade, nada ou quase nada fez, a não ser alugar uma vaga para participar do espetáculo. O revolucionário faz muito, mas sempre considera insuficiente o que fez”.

“O político pensa no curto prazo; atua através da imprensa; busca o máximo de visibilidade individual; pontua sua trajetória em torno de mandatos e cargos; constrói relações verticais; não precisa viver o que diz; vê a sociedade a partir da mídia e do Estado; valoriza “propostas práticas”, ou seja, soluções administrativas para os problemas. Apesar a derrotas cede

de antemão; por isso, mesmo quando vence, quase sempre seu projeto original é perdedor.”.

“O revolucionário aceita remar contra a correnteza, se necessário. É um agente da mudança. Busca despertar vontades adormecidas, mas latentes. Fiel a princípios corre o risco de derrotas. Mesmo quando perde, ajuda a acumular forças para um projeto maior.”.

Como se vê, o documento produzido em 2001 já pronunciava o esgotamento que se evidenciou quatro anos depois. Não se trata de jactar-se sobre nossa capacidade de aceitar nas análises políticas, mas de recordar que a percepção do esgotamento do atual ciclo, nos debates travados na Consulta Popular, além de nos ajudar a entender a rápida evolução do processo, nos coloca em situação distinta diante do caos gerado pelo “naufrágio” que atingiu as correntes de esquerda no último ano.

Resumindo: na herança deixada pelo Ciclo de Esquerda que se esgota, podemos apontar, como aspectos positivos:

a) a possibilidade de construção de um instrumento político de massas, confirmando que uma meta-síntese clara e correspondente à realidade pode se generalizar com intensa rapidez. A experiência do PT comprovou a possibilidade de um instrumento político incorporar milhares de lutadores populares, tornando-se uma referência concreta de classe, rompendo a falsa dicotomia entre um instrumento de quadros ou de massas. Comprovou a possibilidade de um instrumento político que contempla níveis diferenciados de militância;

b) o esgotamento do Ciclo PT num momento em que o movimento de massas segue em refluxo significa a perda deste importante “cartucho” para a burguesia. Imaginemos o risco das classes dominantes “entregarem” o governo ao PT, num momento em que as massas tivessem a capacidade de acuar seu projeto de dominação. Viver esta experiência de frustração com o PT numa conjuntura de reascenso popular poderia implicar numa tração com efeitos muito mais trágicos;

c) o importante ensinamento de que o elemento que confere conteúdo programático socialista a uma organização não é a mera afirmação deste objetivo em suas resoluções. O conteúdo socialista é assegurado quando o programa político questiona as bases estruturais do sistema político, ainda que o termo socialismo sequer apareça. É mais custoso para o atual PT livrar-se de resoluções contra a dívida externa do que manter a palavra “socialismo” em seu programa;

d) para alguns setores, fundamentalmente oriundos da chamada esquerda social, a possibilidade de construir um instrumento político que não se centraliza na luta eleitoral se coloca agora como algo factível. O esgotamento do Ciclo (enquanto ferramenta de transformação), generaliza o debate sobre a construção de uma alternativa, alimentando a retomada da discussão estratégica.

Para anotar e compreender um balanço político real, podemos utilizar de critérios políticos de Lenin para aferir a correção de uma tática, neste caso, o balanço dos últimos 25 anos de Ciclo PT, quando conquistamos prefeituras (em alguns casos por 16 anos), governos estaduais, maiorias parlamentares e a própria Presidência da República:

- a) quanto elevamos o nível de consciência política das massas? Quando as nossas experiências parlamentares serviram para educar a classe, politizar o povo?
- b) quanto contribuimos para fomentar a organização autônoma do povo?
- c) quanto essa tática nos aproximou do socialismo?

Este é o balanço político que se coloca para a esquerda ao concluirmos que estamos esgotando um ciclo. Um debate sério a ser enfrentado em cada município, movimento e espaço de militância. Nossas experiências de governo, com raras exceções, limitaram-se a administrar a crise, igualando-se aos partidos burgueses. A mensagem geralmente transmitida ao povo foi

“quando eles chegam lá é tudo a mesma coisa”, ou “não adianta, não tem jeito mesmo de mudar”. As experiências administrativas deste ciclo de esquerda apenas serviram para demonstrar que o estado burguês não se alterava com a vitória do PT, mas o PT mudava ao se adaptar à democracia burguesa. Neste contexto, mesmo experiências como “orçamento participativo” não cumpriram um papel de organização popular, nem tiveram um papel significativo na elevação da consciência.

Mas a principal herança negativa deste ciclo é ter alimentado a confusão entre a defesa das liberdades democráticas e a democracia burguesa. A bandeira das liberdades democráticas pertence à esquerda e não à burguesia (que se apoderou dela em razão dos problemas enfrentados nas experiências de construção do socialismo). Todas as liberdades democráticas foram historicamente conquistadas em lutas populares e constituem um patrimônio das forças revolucionárias. Mas o Estado burguês democrático existente no Brasil não assegura a democracia. As experiências administrativas do PT nas prefeituras e governos estaduais, no parlamento e agora no governo federal, ao invés de sinalizar para a construção de força social que modifique o caráter do estado, legitimaram o estado burguês, institucionalizando a luta popular e desqualificando os setores e movimentos que resistem a cooptação.

5. OS SINAIS DE UM NOVO CICLO.

Não é fácil identificar as características do novo Ciclo de Esquerda que tende a se construir. Como afirmamos em nosso documento preparatório: “quando o velho já morreu e o novo ainda não nasceu, é tempo de muita incerteza”.

Algo, entretanto, é certo. Seguiremos enfrentando uma pulverização de iniciativas. Cada corrente, tendência, agrupamento tentará legitimamente formular respostas, multiplicando iniciativas que dificilmente encontrarão pólos de unificação. Os elementos que possibilitaram a unidade em torno do PT (ascenso da luta de massas e presença da força social

mais representativa), provavelmente não se colocarão em médio prazo. Sem um provável polo aglutinador, cada tendência se repartirá e a pulverização atingirá com maior intensidade os setores oriundos da chamada esquerda partidária.

Cada ciclo se constrói no imaginário através da negação do ciclo anterior. Isso foi o que ocorreu em relação ao surgimento do PT. Ainda que o futuro reservasse ao PT concepções, práticas e alianças que jamais foram sequer cogitadas pelos comunistas, havia um forte imaginário de superação das alianças de classe, cupulismo e práticas tidas como herança do PCB.

No final dos anos 70, tanto o PCB, quanto as correntes e concepções que orbitavam neste projeto (PC do B, MR-8), não tiveram a capacidade e a ousadia para entender os elementos da nova fase que se abria. Insistiam em construir instrumentos políticos que repetiam o Ciclo PCB. Não perceberam a ferramenta política que se formava, com a possibilidade de um grande instrumento de massas na luta institucional. Permaneceram contra a divisão da oposição democrática, enquanto os setores mais dinâmicos do movimento social (metalúrgicos, nova geração de oposições sindicais) se aglutinavam em torno do PT. De fato, a divisão da unidade oposicionista em torno do antigo MDB, interessava ao projeto de "abertura" impulsionada por setores do regime militar. Mas, obscurecidos com este aspecto conjuntural, as referidas organizações não conseguiram perceber o potencial aglutinador daquela ferramenta política. Em outras palavras, não enxergavam os elementos do novo ciclo que se abria, insistindo em reproduzir o caminho já percorrido.

Esse é um processo que tende a se reproduzir neste momento. As correntes e concepções que se formaram na esquerda partidária possuem uma arraigada cultura de partido enquanto instrumento político que se centraliza pela luta eleitoral. Por mais que neguem tal conceito, afirmando como o PT em sua origem, que as eleições serão utilizadas apenas para transformar as campanhas em momentos de mobilização.

e de propaganda de idéias, valores e ideais, promovendo o avanço da consciência e da organização dos trabalhadores, centralizam sua tática em torno da disputa eleitoral de 2006, incapazes de perceber as mudanças estruturais que vem ocorrendo. Na verdade, o imaginário predominante para tais concepções é o de reconstruir o PT de suas origens desconsiderando que a história se repete como farsa. A seu ver aquela proposta permanece válida, embora tenha sido conspurcada por alguns traidores e oportunistas.

Quais os elementos e características do novo ciclo que se construirá? Neste sentido temos apenas meras pistas. Provavelmente, o imaginário de negação da centralidade da luta institucional estará presente. A frustração gerada pela aposta durante décadas no fortalecimento eleitoral de um grande partido de esquerda deixará marcas profundas. Após anos construindo a imagem de Lula, não será a mudança de sigla ou a construção de lideranças parlamentares de esquerda que terão a capacidade de superar a decepção.

Existe um esgotamento das formas tradicionais de apreciar a situação política que se generaliza gradualmente nos setores mais conscientes da população. A visão centrada nas instituições e processos formais, que foi o centro da tática nas últimas décadas, já não responde mais aos setores avançados da sociedade. A banalização do discurso político e a frustração com a experiência do PT se colocam como imensas barreiras para os que buscam tetomar o ciclo político que se encerra.

A questão se coloca como um imenso desafio para a definição da tática no período que se abre. Não estamos diante de uma situação pré-revolucionária, onde as massas já esgotaram suas crenças na institucionalidade burguesa e investem na construção de um poder paralelo. A luta parlamentar não se esgotou e segue cumprindo importante papel de acúmulo. As eleições seguem sendo um importante momento de mobilização e não existe nenhum indicador de que as massas superaram esse processo. Negar a importância

da luta eleitoral na atual conjuntura implica em ignorar a experiência histórica da luta revolucionária condensada no livro do Lenin "Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo". O desafio tático se dá em equacionar a compatibilização com um processo eleitoral burguês que não se esgotou completamente e a construção de uma tática que fuja da armadilha que aprisionou a esquerda nos últimos anos. A cultura política centrada na luta eleitoral, arraigada e absorvedora, não facilita a combinação das formas de luta. Todos que buscam participar "apenas secundariamente" do processo eleitoral enfrentam o dilema de serem engolidos ou avaliados pela população em razão das eleições. Do mesmo modo, a legislação partidária brasileira também não facilita tal processo. PC do B, PSTU e agora o PSOL, são organizações que tentam enfrentar o desafio de se constituir enquanto partidos, disputar as eleições e não ser absorvidos pela luta eleitoral. Aliás, as mudanças nos sistema política em debate no Congresso Nacional tornam ainda mais intransponíveis as rígidas cláusulas que possibilitem o crescimento eleitoral de novos partidos.

6. A CONSULTA POPULAR E O NOVO CICLO.

A Consulta Popular surgiu como uma proposta afirmativa e não como uma mera reação à consolidação da hegemonia pelas correntes políticas que dirigem o PT. Esta afirmação, aparentemente simples, contém diferenças essenciais. Surgimos em torno do resgate da auto-estima, da afirmação de que somos viáveis enquanto povo, de que nossa nação é possível. O Brasil tem sentido! Esta foi a idéia forte, impulsionadora da propaganda política da Consulta Popular nos primeiros anos.

Na verdade, a Consulta Popular é a expressão orgânica da idéia da necessidade de se resgatar um Projeto para o Brasil. Portanto, neste sentido, surgiu em razão do esgotamento deste ciclo. Desde o início, propagandamos a idéia da refundação da esquerda, compreendendo que não se tratava de um evento,

uma sigla ou forma de luta, mas da construção de um processo necessário.

Algumas concepções assumidas pela Consulta Popular foram fundamentais tanto para assegurar sua sobrevivência, quanto para colocá-la em condições vantajosas diante do atual momento:

a) **a percepção da esquerda social como elemento dinâmico.** Nos setores populares que não perderam o seu horizonte de esperança, em especial nos movimentos populares, iniciou-se um novo processo que permitiu que não fossem absorvidos pela lógica do Ciclo PT. Segundo Marta Harnecker, desenvolveu-se na chamada esquerda social uma tendência para se separar dos *atores políticos tradicionais ou renovados e para rejeitar o âmbito político como tal*. Tais setores podem ter dois destinos: *esgotar-se numa introversão corporativa ou exprimir uma nova maneira de fazer política popular recompondo o tecido social a partir da base e articulando-se sob a forma horizontal e em profundidade*. Não é casual que a iniciativa do Encontro de Itaici, em 1997, onde surge a Consulta Popular, tenha sido da direção do MST. Sobrevivendo ideologicamente à grande crise do início dos anos 90, o MST se converte em principal referência da esquerda social. De ousadia, radicalidade e valores. Ao se consolidar enquanto uma experiência que se fundamenta no trabalho de base, que desenvolve lutas de massa e forma novos quadros, o MST se transforma numa referência para os setores mais conscientes que não aceitavam a lógica pragmática dos limites institucionais, em especial entre a juventude. Na Consulta Popular se aglutinaram militantes de movimentos sociais que não aceitavam a lógica da política imposta pelo Ciclo PT. A proposta organizativa da Consulta nunca foi uma contraposição aos movimentos sociais existentes. Ao contrário, sempre se definiu como um instrumento de articulação dos lutadores do povo que propõe contribuir para mudar o padrão da luta de classes, incorporando no projeto político o ensinamento de Florestan Fernandes: "Frente à

intolerância das classes dominantes contrapor a intransigência das classes oprimidas”;

b) não enveredar pela caminho da autoproclamação ou da cristalização de uma corrente ou tendência política.

O que sempre nos pareceu um limite ou incapacidade, agora se revela como elemento positivo. Desde o início, entendemos que autoproclamar um instrumento revolucionário é um caminho comprovadamente fadado ao isolamento que limitaria nossa ação e propaganda a pequenos círculos. Percebemos que nosso desafio era, antes de tudo, didático. Convencer os setores mais conscientes sobre a necessidade de construção de um instrumento orgânico de vanguarda é um processo e não um momento político. Construimos em nossa militância a consciência de que somos apenas uma parte desse processo de construção da vanguarda. Mas seguimos convencidos de que é preciso construir as bases deste instrumento para que ele possa se afirmar enquanto uma ferramenta que disputa a hegemonia. Compreendemos que neste momento a tarefa é superar a dispersão dos setores dominados e explorados, recuperando sua auto-estima, sua capacidade de encontro e unidade de ação. A forma deste instrumento vai se delineando, agora com mais facilidade. Durante todos os anos de nossa existência, nos angustiamos com a dificuldade em manter uma continuidade organizativa. A organicidade sempre foi e continua sendo nosso ponto fraco e não se trata de menosprezá-lo (questão a ser retomada adiante). Porém, se tivéssemos nos cristalizado enquanto uma corrente ou tendência política enfrentaríamos atualmente mais dificuldades para envolver os quadros políticos imprescindíveis. Neste momento nossa debilidade torna-se uma vantagem. Em dezembro de 1999, a Comissão Nacional da Consulta Popular elaborou um balanço político onde destacou que: *“Avançamos no entendimento do que significa construir um projeto popular. Vimos que ele não é plano perfeito. Superamos visões idealistas, sectárias ou vanguardistas. Aprendemos que se trata de*

um caminho a ser construído, onde o fundamental é saber onde queremos ir e o que queremos alcançar para solucionar os problemas do povo brasileiro”.

c) o método de construção da formulação política enquanto processo coletivo.

Desde o início pensamos a construção programática como uma ação coletiva e nacional, envolvendo a militância. A própria denominação Consulta Popular demarcou esse método. A formação sempre foi uma prioridade de nosso projeto organizativo. Nosso primeiro e mais importante material de propaganda foi o livro “Opção Brasileira”. A profundidade e atualidade de suas análises sinalizaram o debate que buscamos deflagrar. Abastecemos nossa militância com vasto material formativo e priorizamos o estudo a partir da realidade brasileira, sem negar as experiências acumuladas internacionalmente. Cada passo importante das formulações da Consulta Popular envolveu processos amplos de debate, nacionais, como a Assembleia dos Lutadores do Povo. O estudo sistemático do pensamento radical produzido em nosso país, através dos Cursos Realidade Brasileira possibilitou a construção de um outro patamar de formulação entre nossa militância;

d) a identificação do Tripé para Acumulação de Forças.

Ao definir que o centro da tática era o acúmulo de forças, pautamos toda a nossa ação em torno de três eixos fundamentais, que denominamos como o “tripé” da Consulta Popular. **A elaboração teórica e formação política dos Lutadores do Povo** (conhecimento da realidade, recuperação do pensamento socialista histórico, formação de consciência social, valores e capacidade teórica de solucionar problemas na medida em que surgem). **Construir, Impulsionar e Estimular as Lutas de Massa** (capazes de alterar a correlação de forças, despertar a consciência social em amplos setores e gerar força social) e **Construir a Organicidade dos Lutadores do Povo**. Unir os movimentos sociais e lutadores

populares em torno dos mesmos objetivos estratégicos e dotá-los de uma unidade de ação. Pedagogicamente, todas as nossas reuniões sempre trabalharam em torno deste tripé norteador. Aparentemente óbvio, a definição do tripé como método da formulação e ação tem sido essencial para aferir nossas capacidades e não descuidar das questões centrais. Tais conceitos seguem extremamente atuais para uma conjuntura onde é central acumular forças.

e) **A compreensão da Mística.** Nenhum projeto político organizativo se sustenta se não mantém sua mística. Em todas as nossas reuniões e eventos dedicamos um espaço para trabalhar as emoções e os valores da luta revolucionária. Lembrar porque estamos ali. Resgatar os heróis, mártires, lutas e lutadores populares que vieram antes de nós. Resgatar nossa cultura, nossa história. Trabalhar os valores que buscamos nos lutadores do povo. Encarnar os valores éticos do mundo que sonhamos. Através destes momentos consolidamos um clima de fraternidade fundamental que tem um papel destacado em nossa sobrevivência. Não fomentamos espaço para “picuinhas”, fúrias, tendências e conchavos dentro da Consulta Popular. Construímos a mística em torno de uma nova identidade – **os lutadores do povo** – que nos coloca em continuidade em nosso processo histórico. Mantivemos a mística em torno do Projeto Popular e compreendemos a importância de mantê-la centrada desta forma. Acertadamente, investimos na mística do Projeto Popular e não da Consulta Popular enquanto organização. Ainda que tal decisão tenha contribuído para nossa diluição organizativa, foi fundamental para estruturar um campo político (embora com contornos difusos), em torno do Projeto Popular.

f) **Trabalhar o exemplo Pedagógico ao invés do discurso.** Ante a banalização do discurso se retoma a centralidade na ação como exemplo pedagógico. Ao invés de buscar a construção da força social através do hegemônismo, ocupação de cargos, instrumentalização de entidades, preparação prévia

para disputar as posições que serão assumidas pelas campanhas unitárias, sempre priorizamos investir a construção política em torno de ações concretas. A unidade se constrói na ação. Isso também exigiu a formação de militantes que não eram apenas agitadores e propagandistas, mas construtores nos espaços populares. Aprendemos com Carlos Marighella que: *a organização revolucionária não se converte em vanguarda pelo fato de autodenominar-se como tal. Para isso é necessário passar a ação e acumular uma prática revolucionária convincente, pois somente a ação faz a vanguarda.*” (in Questões de Organização).

7. AS DIFICULDADES ENFRENTADAS PELA CONSULTA POPULAR PARA CONSTRUIR UM INSTRUMENTO QUE NÃO SE CENTRALIZA PELA LUTA ELEITORAL.

Construir a organicidade da Consulta Popular sempre foi identificado como o ponto fraco de nosso tripé. O primeiro documento apontando a necessidade de avançar na nossa estruturação orgânica e apresentando uma proposta de funcionamento foi “Um Passo à Frente na Consulta Popular” de Ademir Bogo, em fevereiro de 1999, onde se caracteriza que: *“A consulta já cumpriu com sua primeira tarefa que era despertar, a nível nacional, tanto a necessidade quanto a possibilidade de se desenvolver um projeto nacional baseado nas necessidades da maioria da população. Agora devemos dar um segundo passo para avançarmos neste caminho, e dar maior consistência às idéias, buscando de forma orgânica, desenvolver as tarefas emergentes que se apresentam no momento”.*

Durante 1999, impulsionados pela “Marcha Popular pelo Brasil”, avançamos na estruturação de núcleos. No ano 2000 tínhamos comissões estaduais funcionando em 12 estados, que realizaram cursos ou encontros ampliados. *“Mas o funcionamento orgânico era sempre pautado por altos e baixos”* (balanço político de outubro de 2000). O Curso Nacional realizado em março em Ibirité MG foi um marco importante, disseminando uma metodologia e constituindo uma Comissão Nacional Pedagógica. A Consulta Popular crescia, mas seu funcionamento orgânico

seguia irregular e a rotatividade era a principal característica dos organismos.

Em fevereiro de 2001, reuniram-se em São Paulo cerca de 120 militantes da Consulta Popular, vindos de quase todo o Brasil, para um balanço político e uma reflexão sobre sua continuidade. Foi um encontro realizado em ambiente de grande seriedade, com debates profundos que retratavam discussões acumuladas nos estados em encontros preparatórios. A proposta ali aprovada apontava a transformação da Consulta Popular em um movimento político formal. Produzimos três documentos básicos, intitulados “O Momento Político da Consulta Popular”, que analisavam a situação internacional e nacional e formulavam uma proposta de linhas gerais, regras de funcionamento e características de um instrumento político que não se centralizasse pela luta eleitoral.

Ao retornarmos aos estados, buscando implementar a construção da proposta do “Movimento Político Consulta Popular”, enfrentamos um conjunto de dificuldades que acabaram gerando o momento mais difícil de nossa história. Ao invés do esperado “salto de qualidade”, enfrentamos um forte recuo organizativo. Várias comissões estaduais desapareceram ou passaram a funcionar de forma ainda mais precária, núcleos deixaram de se reunir e a comissão nacional, além de deixar de contar com alguns participantes, espaçou suas reuniões. O Encontro Nacional que aprovaria o debate deflagrado pelo documento “O Momento Político da Consulta Popular” foi sendo sucessivamente adiado e acabou não se realizando. Ingressamos num momento difícil, onde sequer tínhamos certeza se a Consulta Popular ainda existia.

No documento “Refundar a Esquerda para Refundar o Brasil”, este processo foi sintetizado da seguinte forma:

“De forma mais ou menos consciente, a Consulta Popular se constituiu na fase final de um ciclo de existência da esquerda – que agora estamos chamando de “ciclo PT”- antecipando-se a um novo ciclo que estava em gestação. Vivemos hoje uma situação paradoxal: nos preparamos com

seriedade para desempenhar um papel na transição que antevíamos, mas, até aqui, não nos mobilizamos para enfrentar os novos desafios que a transição já nos coloca. Nossa postura politicamente passiva e nossa incapacidade de encontrar caminhos estratégicos conduziram a Consulta até a virtual paralisia na maioria dos estados. Esta situação tem criado um sentimento de perplexidade e frustração em muitos quadros da esquerda brasileira”.

Somente com a Plenária Nacional realizada em novembro de 2004 em Brasília, constatamos que mais do que sobreviver, as raízes da Consulta Popular geraram novos frutos, retomando os mesmos debates num novo patamar de compreensão e formulação política.

No momento em que resgatamos o debate de construir um instrumento político que não se centraliza pela luta institucional, temos que nos debruçar para entender os limites e dificuldades que enfrentamos ao tentar este mesmo caminho anteriormente.

a) Não conseguimos construir uma meta síntese permanente, que representasse a construção estratégica de um projeto. A Consulta Popular cresceu e avançou quando definiu uma tarefa central que congregava esforços e energia. Nosso ápice de crescimento coincide com a Marcha Popular pelo Brasil, em 1999. Os militantes de todo o país se mobilizaram para arrecadar apoio financeiro, trabalhar na logística, tentar romper o bloqueio da mídia, organizar uma caravana para a chegada da Marcha etc. Terminada a Marcha nos encontrávamos em nosso momento mais favorável. Havíamos ampliado nossos contatos, fortalecidos as comissões estaduais, regionais e municipais. Abrimos inúmeros contatos no percurso da Marcha, estávamos extremamente animados e retornando aos nossos estados com as deliberações e a mística da Assembleia Nacional dos Lutadores do Povo. Porém, ao retornar já não tínhamos uma ação que unificava nossos esforços. É verdade que contávamos com planejamentos estaduais e até mesmo um calendário nacional de lutas. Mas, eles não cumpriram o mesmo efeito. Somente

com os plebiscitos contra a Dívida em 2000 e contra a ALCA em 2002 (ações realizadas conjuntamente com todas as forças de esquerda), conseguimos despertar nossas energias em torno de uma mesma tarefa nacional. A Marcha Popular pelo Brasil era mais que uma tarefa nacional estava inserida em nossa tática, vista como um exemplo pedagógico que propagandeasse o Projeto Popular. Entretanto, ainda que tenha cumprido tal papel momentaneamente, não podia ser classificada enquanto uma meta-síntese. Até porque era um evento, com data definida. Organizar-se somente em torno de calendários e ações de luta estimulam o funcionamento orgânico com “altos e baixos”. Esse é um desafio central para a construção do instrumento político. Qual a meta-síntese permanente que seja suficientemente clara e acessível para se popularizar e que contenha a questão do poder. A ausência desta definição afetou o funcionamento regular dos núcleos e paralisou nossa organicidade. Em janeiro de 2001, tentamos novamente. Deliberamos que todas as tarefas de construção permanente da Consulta seriam impulsionadas pela deflagração, a partir de junho, de uma campanha nacional popular destinada a debater com a população os elementos centrais do Projeto Popular para o Brasil. Essa campanha passaria a ser a “meta-síntese” da Consulta Popular, e para ela todas as atividades de organização, deveriam convergir. A proposta se deu no mesmo momento em buscamos transformar a Consulta Popular em um movimento formal e estruturado e também restou inviabilizada com a paralisia do processo;

- b) **Construir um projeto organizativo a partir de uma Esquerda Social que já possui graus diferenciados de organização e cultura política.** Se nos ativermos ao conceito de ciclos da esquerda, podemos dizer, simplificado, que o instrumento político PCB surge a partir de um conjunto de quadros que assume a proposta teórica organizativa contida nas chamadas 21 condições da III Internacional. Como vimos

anteriormente, o PT congregou algumas organizações preexistentes em seu surgimento, mas nenhuma tinha grande expressão nacional, estrutura e acúmulo que alterasse a qualidade do processo. Em ambos os casos, o projeto organizativo novo surgia como um salto de qualidade nítido ao que já existia. O grande desafio enfrentado pela Consulta Popular é construir uma organização política a partir de uma esquerda social que já se estrutura em movimentos sociais com expressão nacional, com direção, quadros, métodos e cultura política próprios e em graus diferenciados entre si. Cada movimento tem uma direção política que conquistou sua legitimidade num longo processo de lutas, acumulando métodos de funcionamento e práticas. Como estabelecer a relação entre o instrumento político e os movimentos sociais já existentes? Como se articulam as direções dos movimentos e do instrumento político? Como se darão as relações de poder? Como combinar esse processo? Esta relação foi uma tensão construtiva ao longo de toda a experiência da Consulta Popular e se dará em torno de qualquer instrumento político que se estruture em torno da chamada esquerda social;

- c) **A ausência de uma geração de quadros, com consistência ideológica, representatividade e influência social, que atue nos diferentes setores sociais e em todos os estados, para dar uma unidade política de ação.** O termo “Quadros” tirado da terminologia militar francesa era uma palavra utilizada para abranger o conjunto de componentes da estrutura de comando, de especialistas militares, do sargento aos comandantes do Estado Maior. Fidel Castro em sua Carta a Melba Hernandez ressalta que se deve dar mais valor à qualidade dos quadros do que à quantidade. “Não importa que as fileiras fiquem vazias, o caminho é longo, dizia; se soubermos mantê-los, nossos princípios serão algum dia a bandeira da verdadeira e possível revolução”. Como já foi exposto anteriormente, o “Ciclo PT” nos deixa uma herança complicada. A centralidade na luta institucional

determinou que grande parte da militância e, conseqüentemente, dos quadros se formassem com valores e ética adaptados à disputa eleitoral burguesa – o estímulo à carreiras individuais (projetos pessoais prevalecendo sobre a construção de coletivos), concepções legalistas, pensamento de curto prazo – dificuldade em apostar nas rupturas – navegar no contra-fluxo da “opinião pública”. Fundamentalmente composta por militantes que se formaram politicamente a partir dos anos 90, vale dizer, durante o refluxo, sem ter presenciado o ânimo e potencial dos momentos de ascenso, os quadros mais jovens cresceram sob forte bombardeio ideológico que desqualificou a possibilidade revolucionária e a idéia de ruptura. Houve uma interrupção na formação teórica da literatura revolucionária neste período. Poucos livros foram editados e o pensamento radical foi e permanece banido e desqualificado na universidade. Éis porque os quadros com maior potencial se formam exatamente nos movimentos que atuam no espectro que convencionamos denominar esquerda social. Esses quadros são dotados de qualidades que correspondem ao projeto transformador: valores, generosidade dos que priorizam a construção, preocupação com o trabalho de base porque se formaram em atividades de luta de massas. Nos últimos anos avançamos em realizar um estudo sistemático do pensamento radical brasileiro (através dos Cursos Realidade Brasileira) e difundir a literatura marxista e o pensamento revolucionário (cartilhas e livros), mas ainda seguimos com a ausência de quadros que correspondam às necessidades de um instrumento político. A construção de um instrumento político pressupõe a existência de um conjunto de quadros que assegure a sustentação orgânica. Ainda que imaginemos uma organização que contemple níveis diferenciados de militância, os quadros políticos com dedicação integral constituem a coluna vertebral do projeto orgânico. Os quadros revelam-se, afirmam-se e desenvolvem-se através de sua atividade. Na medida em ousamos avançar,

o que era apenas potencialidade se converte em possibilidades concretas, porém sempre é necessário partir de uma base mínima. Com quem contamos efetivamente neste momento?

- d) **A esperança na luta institucional e a concepção de eleições como centro da política.** Por mais que buscássemos não nos centralizar pela luta institucional, as eleições também nos paralisavam a cada dois anos. Candidaturas surgiram a partir de militantes da Consulta Popular, eleições locais envolveram núcleos e comissões municipais e, principalmente, o posicionamento sobre as eleições nacionais sempre caracterizou um momento difícil para nosso projeto organizativo. Mesmo não sendo um instrumento eleitoral, a política segue passando e, em certa medida, se decidindo em eleições. A postura da Consulta Popular foi a de não se posicionar nas eleições e tal omissão implicava em custos políticos. Como um instrumento político que não se centraliza pela institucionalidade se posiciona diante das eleições?
- e) **A construção nos centros urbanos.** Constituída por movimentos sociais com maior penetração no meio rural, construir força social nas grandes concentrações urbanas sempre foi identificado como um desafio central. Acumulamos importantes experiências neste processo, avançamos no entendimento do problema, mas ainda não respondemos a este desafio.
- f) **A atuação nos setores organizados.** Em 2000, a Consulta Popular contava com uma razoável base organizativa. Durante o Encontro Nacional de Ibirité, os participantes do movimento estudantil aproveitaram para debater essa frente de luta e se colocaram diante de um problema. Deviam se constituir numa corrente ou tendência estudantil para disputar a UNE e outras entidades? Estariam caindo na “vala comum” das tendências existentes reproduzindo métodos e concepções aparelhistas? Optamos por não atuar organizadamente no movimento estudantil. Mas isso era apenas um exemplo de

um desafio maior. A mesma questão se colocou para a atuação no movimento sindical, com ênfase, ainda maior, nos setores organizados do movimento operário. Como atuar nos setores organizados? A questão já havia sido prevista no documento "Um Passo à Frente na Consulta Popular" que propunha: *"Elaborar linhas políticas que orientem a todos no desenvolvimento de atividades nas mais diferentes áreas ou setores a serem constituídos. As linhas políticas devem ter alcance estratégico, mas podem ser elaboradas aos poucos conforme o programa vai sendo implementado."* Esta questão segue sendo um desafio para a construção de um instrumento político.

8. A FORMULAÇÃO ESTRATÉGICA ACUMULADA PELA CONSULTA POPULAR

A Consulta Popular despertou inúmeras polêmicas pelas formulações que apresentou no livro "A Opção Brasileira". Para uma esquerda aprisionada a esquemas e um estilo de linguagem, que não considerava os elementos históricos e culturais da formação do povo brasileiro, as questões e a forma utilizadas foram interpretadas como um sacrilégio. O ponto mais polêmico era a questão nacional. Chegamos a ser acusados de pretender montar uma organização radical nacionalista, de mascarar a luta de classes por usar a expressão "povo brasileiro" e de sermos pró-capitalistas por não fazer agitação do socialismo.

Em seu texto "Um Projeto Popular Para o Brasil", de 1998, César Benjamin responde a acusação de que não éramos internacionalistas por apresentar um projeto nacional: *"Nosso projeto só é viável porque existe o povo brasileiro, uma imensa massa humana que se considera unida por uma história, uma herança cultural, uma língua, um espaço geográfico, instituições políticas, problemas e potencialidades comuns. Reconhecendo claramente que está ligada pelo passado e pelo futuro, essa massa humana pode, de fato, se juntar e se colocar em movimento para atingir objetivos ousados (a ideia de que cada um de nós também compartilha o mesmo destino de um australiano, embora não deixe de ser verdadeira, é muito abstrata para a grande maioria das pessoas).*

"Se quisermos, de um lado, mudar as realidades locais e, de outro, influir no futuro da humanidade, então temos de mudar o Brasil. Dando as mãos é claro, aos australianos que lutam para mudar a Austrália, aos nigerianos que querem mudar a Nigéria e, antes de tudo, aos nossos vizinhos latino-americanos, cujas raízes históricas, cuja geografia e cujo destino imediato estão mais perto de nós".

Realmente, "A Opção Brasileira", define a opção socialista apenas no seu último parágrafo: "Se nos perguntarem se o projeto que esboçamos é de natureza socialista, responderemos que sim. O socialismo burocrático morreu. Mas não a idéia de que a solidariedade pode ser o princípio organizador da vida em comum". De fato, é a única menção ao longo de suas 204 páginas. Porém, o que muitos não conseguiram entender é que ao proceder a identificação das forças sociais, da conduta política e dos objetivos gerais estratégicos do Projeto Popular, o livro definia uma estratégia de caráter socialista. A crítica dos que consideravam que "A Opção" não era socialista desconsiderava o ensinamento de Caio Prado Júnior de que *"a ideia de que o objetivo final é o socialismo, não implica que é necessário puntá-lo em todos os momentos e todos os lugares"*.

8.1 – Compromissos

Em outras palavras, nosso papel é propagandar o socialismo e não transformá-lo em bandeira de agitação. Ao trabalhar o objetivo socialista apenas na conclusão de sua análise, o livro "Opção Brasileira", busca dialogar com os setores que não partem da premissa deste objetivo, pois como nos ensinam as lições da experiência histórica da esquerda brasileira, proclamar-se socialista não configura qualquer garantia de compromisso com a revolução.

Porém, o principal avanço em relação às definições estratégicas da Consulta Popular, enquanto processo nacional e coletivo, deu-se na "Assembleia dos Lutadores do Povo" em Brasília de 8 a 10 de outubro de 1999. Foi neste momento que definimos o objetivo de *"alterar o sistema de poder"* bem como, *"a organização*

socioeconômica da Nação". A "Carta da Assembleia dos Lutadores do Povo" aprovou os cinco compromissos que estabelecem os parâmetros do projeto e as cinco medidas fundamentais para alterar o sistema de poder. É importante resgatá-los porque constituem o cerne de nosso objetivo estratégico:

- a) o compromisso com a soberania, que afirma a nossa determinação de dar continuidade à construção da nação, rompendo com a dependência externa e dando ao Brasil um grau suficiente de autonomia decisória;
- b) o compromisso com a solidariedade, pois a continuidade da construção da nação só pode se dar em novas bases, com absoluta prioridade para as ações voltadas para eliminar a exclusão social e a desigualdade na distribuição da riqueza, da renda, do poder e da cultura;
- c) o compromisso com o desenvolvimento, que expressa a decisão de pôr fim à hegemonia do capital financeiro e à nossa condição de economia periférica, com a mobilização de todos os recursos disponíveis (terra, capacidade de trabalho, potencial científico e tecnológico, etc.);
- d) o compromisso com a sustentabilidade, que exige um novo tipo de desenvolvimento, não baseado na cópia de modelos socialmente injustos e ecologicamente inviáveis;
- e) o compromisso com a democracia ampliada, que fala da necessidade de refundação do sistema político brasileiro em novas bases, amplamente participativas, de modo que o povo possa controlar de fato os centros de decisão em todos os níveis.

8.2 – Elementos de um programa de transformações sociais

Esses cinco compromissos são solidários entre si. Formam uma unidade indissolúvel. São o ponto de referência para o programa e as decisões que, a partir dele, tivermos de tomar. Para realizá-los, é necessário, evidentemente, alterar o sistema de poder que comanda o Brasil. Nesse segundo nível de formulação fica clara a diferença entre este terceiro campo (o campo popular) e o segundo (o campo da oposição burguesa). Esclareçamos este ponto.

Delém o poder aqueles grupos que controlam recursos e instituições decisivas na organização da vida social. Graças a esse controle, conseguem fazer com que a sociedade funcione de forma subordinada aos seus interesses. Alterar o sistema de poder é transferir esses recursos e instituições a outros

grupos sociais, o que, para nós, significa democratizá-los. A pergunta, então, passa a ser: o que precisaria ser rapidamente democratizado no Brasil para alterar a correlação entre as forças sociais e dar início a uma reorganização da sociedade, de modo retirá-la de sua crise estrutural? A nosso ver, cinco coisas:

- a) Precisaremos democratizar a terra, que é o principal recurso natural do país. Democratizar o poder, pois na maior parte do país quem tem a terra tem o poder;
- b) A democratização do solo urbano, condição para um reordenamento da vida nas cidades, onde está a maioria de nossa população;
- c) A democratização do capital, instrumento que controla a alocação de recursos e comanda a principal força produtiva da sociedade, o trabalho;
- d) A democratização da informação, que, determina a formação de opiniões e valores, desempenhando assim um papel central na organização social e política;
- e) A democratização da cultura, elemento decisivo para a reconstrução da identidade e da auto-estima do nosso povo.

A estas deliberações devemos acrescentar os "Compromissos dos Lutadores do Povo", assumidos, em profissão de fé, por todos os militantes presentes na I Assembleia dos Lutadores do Povo, que definem o objetivo de "edificar a nova pátria socialista e solidária, com todas as nações do mundo que plantam e semeiam valores que dignificam os seres humanos em harmonia com a vida de todas as espécies".

Este é o arcabouço das deliberações estratégicas da Consulta Popular. Representam idéias que foram amplamente discutidas em plenárias estaduais e popularizadas nos últimos anos. Constituem o ponto de referência para a construção de um programa político.

9. QUANDO FALAMOS EM INSTRUMENTO POLÍTICO ESTAMOS NOS REFERINDO A UM PARTIDO?

Utilizamos o termo “Instrumento Político” e evitamos o termo “Partido”, em nossos documentos. Aliás, sempre ressaltamos que não pretendemos construir um partido. F., de fato, não queremos construir um “Partido”.

As palavras servem para comunicar, se ao usarmos um termo transmitimos uma idéia diferente da que pretendemos exprimir, a palavra não é adequada. Para a atual geração, formada nos últimos 25 anos, “Partido” é um termo que não se refere ao instrumento de vanguarda da classe operária e sim ao modelo de organização com registro no Tribunal Superior Eleitoral. Partido é o PT, PSTU, PC do B, PSOL, PV, PSB (no caso da esquerda) ou PMDB, PSDB, PFL etc. que apresentam candidatos e disputam eleitoralmente os cargos parlamentares e administrativos a cada dois anos. Esta é uma compreensão determinada por nossa experiência histórica, reforçada pela tática utilizada pela esquerda nos últimos 25 anos. Todavia, para a esquerda revolucionária o termo “Partido” não tem apenas esse significado. No processo histórico da luta do proletariado, o que se entendeu com o termo “partido”?

O termo designou distintas ferramentas organizativas, ao longo do processo histórico da luta anticapitalista, bem como, foi identificado de forma diferenciada em cada momento. No Manifesto Comunista, o capítulo que trata do relacionamento entre comunistas e proletários inicia com a afirmação de que os comunistas não são um partido distinto dos demais partidos operários. A frase, que já despertou inúmeras polémicas, revela a concepção de Marx e Engels. O conteúdo do termo “partido” no momento em que foi escrito o “Manifesto” não era o mesmo que atribuímos hoje. Como explica Erich Sachs: *“Na época em que o ‘Manifesto’ foi escrito, o conceito de ‘partido’ era mais vago, aplicado tanto a um pequeno grupo (como a ‘Liga dos Comunistas’), quanto à classe toda. O próprio ‘Manifesto’ fala de ‘organização do proletariado como classe, e com isso, como partido político’. Aqui, o proletariado organizado, isto é, classe para si, é sinónimo de partido.”*

“(…), A aparente contradição se liquida por si só quando levamos em conta que o conceito de partido na época do ‘Manifesto’ ainda não tinha tomado o conteúdo organizatório que mais tarde iria tomar, sem falar daquele que hoje está tomando. O ‘partido’ do Manifesto poderia ser melhor traduzido, hoje, por ‘movimento’ ou ‘corrente’ independente do seu tamanho. Se não fosse isso, o próprio Manifesto seria inconseqüente. Por um lado intitula-se ‘Manifesto do Partido Comunista’ e, por outro, afirma que ‘os comunistas não são um partido especial...’ (Marxismo e Luta de Classes, Questões de Estratégia e Tática).

O conceito de partido é renovado a partir da formulação de Lenin e dos bolcheviques na Revolução Russa. Como explica Marta Harnecker, citando o historiador Eric Hobsbawn, *“o ‘novo partido’ de Lenin foi uma extraordinária inovação da engenharia social do século XX, comparável à inovação das ordens monásticas cristãs na Idade Média, que tornava possível que até as pequenas organizações demonstrassem uma extraordinária eficácia, porque o partido obtinha dos seus membros uma grande dose de entrega e sacrifício, além de uma disciplina militar e uma concentração total na tarefa de levar a bom termo as decisões do partido a qualquer preço.”*

O partido leninista é *“uma instância formuladora de propostas, capaz de dotar a milhões de homens de uma vontade única”*. O nome usualmente utilizado para designar os instrumentos políticos de vanguarda que assumiam os ensinamentos da Revolução Russa era “partido”. Aliás, para integrar a Internacional Comunista, as organizações de cada país tinham que assumir, entre outras condições, o compromisso de adotar o nome de “partido Comunista”.

Ao longo do século XX, instrumentos revolucionários assumiram muitas denominações, onde nem sempre utilizavam o termo “Partido”: Frente Sandinista de Libertação Nacional, Movimento Popular pela Libertação de Angola, Frente de Libertação de Moçambique, Movimento 26 de Julho, Congresso Nacional Africano, Ação Libertadora Nacional, Movimento de Libertação Nacional Tupamaros eram todos organizações partidárias sob a concepção do pensamento revolucionário,

embora não utilizassem a denominação “partido”. Portanto, a utilização do termo “Partido” para designar uma organização política depende fundamentalmente da cultura e tradição política de cada país.

Como nos lembra Marta Harnecker, as idéias de Lenin, ratificadas no III Congresso da Internacional Comunista em 1921, afirmavam que: *“não pode haver uma forma e organização imutável e absolutamente conveniente para todos os partidos comunistas. As condições de luta proletária transformam-se incessantemente e, de acordo com essas transformações, as organizações também têm de procurar constantemente novas formas (...) As particularidades históricas de cada país, por sua vez, determinam formas especiais de organização para os diferentes partidos”*.

Fica evidente que para Lenin nunca houve uma fórmula universal de instrumento político. O formato de cada organização é determinado pelas condições determinadas pela luta de classes. A organização é uma ferramenta e não existem ferramentas universais senão àquelas que são mais adequadas à tarefa que se pretende realizar. O conceito é formulado por Carlos Marighella no texto Questões de Organização: *“Nosso conceito de organização não é estático, nem dogmático, pois não existe segundo a teoria marxista-leninista nenhuma organização em abstrato. A organização está sempre a serviço de uma determinada linha política. Entendemos que qualquer mudança de qualidade do movimento revolucionário determina mudança de qualidade na organização revolucionária”*.

O importante é definir as tarefas políticas e o conteúdo ideológico do Instrumento Político que queremos construir. O formato deverá traduzir as necessidades políticas e o nome deverá apenas se preocupar em traduzir a simbologia dos objetivos.

O termo “Partido” está identificado com um formato determinado pelo último ciclo da esquerda brasileira. Da mesma forma que o termo “Movimento”, atualmente expressa melhor a capacidade de luta e de enfrentamento na luta de classes, o termo “partido” é identificado com um instrumento de luta eleitoral. Nada impede que uma organização que resgate os

ensinamentos da herança acumulada na construção de ferramentas revolucionárias se denomine “movimento”. Eis porque não existe nenhuma contradição em afirmar que queremos construir um instrumento político, mas não vamos criar um partido.

10. DESAFIOS TEÓRICOS PARA A CONSTRUÇÃO DO INSTRUMENTO POLÍTICO

O debate para a construção do Instrumento Político, sua definição estratégica e tática envolve diversos desafios na formulação teórica. Desde 2001 temos tentado nos debruçar sobre o esforço de produzir um novo documento de fôlego, que em nossos debates chegamos até mesmo de apelidar de “Opção Brasileira II”. Sem menosprezar outros pontos, as seguintes questões tem surgido com maior relevância:

- a) **A questão do poder e o atual papel do Estado.** Para que o movimento popular deixe de ser apenas um fator de questionamento do sistema, mas tenha forças para mudar os fundamentos econômicos em que repousa o modo de produção capitalista é necessário assegurar o controle do Estado. Num Instrumento político revolucionário o centro da tática está voltado para a conquista do poder. Mas qual é o papel do Estado atualmente? Onde se concentra efetivamente o poder? O Estado brasileiro foi esvaziado e os mecanismos de dominação se ampliaram muito nos últimos 30 anos. Teremos de enfrentar não só os instrumentos de coação política da classe dominante, como, simultaneamente disputar a hegemonia no espaço cultural e ante os mecanismos de subordinação ideológica. Como explica Carlos Ruiz: *“Não só teremos que distinguir a coerção da força estatal, a intervenção legislativa e repressiva, senão os mecanismos e instituições presentes na sociedade civil que produzem um consentimento com a reprodução da ordem social capitalista, para poder enfrentá-los. Se o capitalismo é tão forte, não é só porque é capaz de evitar o que não quer, mas, sobretudo porque é capaz*

de construir o que quer na sociedade. Além da reconhecida dominação direta e coativa exercida através do Estado e do governo, teremos que distinguir a hegemonia, a direção cultural, moral e intelectual que exercem as classes dominantes no seio da sociedade.” (...) “Este velho modelo de condução popular indireta, centrado na propaganda revolucionária, se origina no eficaz enfrentamento bolchevique a dominação tsarista, cujas estruturas de controle e organização social eram precárias, muito distintas da complexidade que posteriormente adquire a dominação capitalista centrada na democracia representativa, dotada de uma maior variedade de formas que já não se reduzem ao puro poder coercitivo do Estado, senão que também se assentam diferentes estruturas e instituições extraestatais aninhadas nos espaços de base da sociedade, que se constituem em uma verdadeira rede de trincheiras e fortalezas da ordem social capitalista. Para a estratégia revolucionária de construção de forças, ambas dimensões da dominação capitalista tem que ser enfrentadas: tanto a mais tradicional situada na máquina estatal, como aquelas extraestatais disseminadas na sociedade civil, às vezes incrustadas em pleno mundo popular. (in Um Projeto Político para os Novos Tempos).

b) A Democracia Burguesa como forma de dominação.

Embora seja um desdobramento da questão anterior, o tema exige um estudo de nossa parte para a definição da tática. Incorporando conquistas democráticas da luta popular contra a ditadura, nosso regime de democracia representativa converteu-se num grande muro ideológico de contenção das transformações populares, legitimando um sistema de desigualdades como se todos tivessem iguais condições de acesso ao governo. O regime democrático burguês tem sido extremamente eficaz para derrotar processos revolucionários, quando é defendido não só pela classe dominante, mas também pelas direções majoritárias das massas. Todavia, nos últimos anos, os levantes populares no Equador, Argentina e Bolívia oferecem sinais de que já não são tão eficazes para conter insurreições populares. Por outro lado, como resgatar a bandeira da democracia para as forças populares separando

a questão das liberdades democráticas (enquanto aspiração revolucionária), do regime democrático burguês de dominação.

c) As mutações estruturais que afetaram a sociedade brasileira nos últimos 30 anos.

No texto “A Opção Brasileira Hoje”, César Benjamin, identifica este cenário: “O Brasil que temos pela frente é um país muito mudado – e muito desconhecido. É como um quebra-cabeças que ninguém montou. Peças isoladas, ou encaixadas em pequenos grupos, nos trazem fragmentos de informação, mas não encerramos uma nítida imagem de conjunto. Da trajetória percorrida no século XX, até cerca de vinte anos atrás, já temos interpretações mais ou menos coerentes, mais ou menos consagradas. De lá para cá estamos em vóo cego.” Os efeitos da transformação do Brasil de uma economia de alto crescimento para uma economia de baixo crescimento, do fim da mobilidade ascendente, do desemprego estrutural, da rápida e descontrolada concentração urbana, dos impactos da destruição de nossa cultura, das formas de socialização impostas nas grandes cidades e das alterações na ordem econômica mundial. Essas e outras questões exigem uma análise profunda, pois determinarão nossas definições programáticas;

d) Compreender a recomposição das classes sociais a partir da reestruturação produtiva ocorrida nos últimos anos.

Diversas questões foram abordadas por Marildo Menegati na última Plenária Nacional que realizamos em novembro de 2004 sobre as profundas mudanças na estruturação de nossas classes sociais. O conhecimento deste processo, um estudo rigoroso destas transformações é fundamental para nossa elaboração teórica. O que se alterou no mundo do trabalho? Quem é o “pobretariado” gerado pelas mudanças estruturais dos últimos anos? Quais as tendências da luta operária?

O Papel da Cultura como elemento de construção da identidade, resistência popular e auto-estima de nosso povo. Ao longo dos estudos realizados no “Curso Realidade

Brasileira", percebemos o papel estratégico do elemento cultural na construção da identidade do povo brasileiro, bem como, seu potencial enquanto fator de resistência á ofensiva capitalista e mobilização transformadora.

e) **Os efeitos da Nova Ordem Econômica Mundial e as tendências da Conjuntura Mundial.** Nossos documentos e análises tem identificado algumas das características da divisão internacional que vai se gerando. Porém ainda é uma análise insuficiente, que não nos permite avaliar o conjunto dos impactos e desdobramentos sobre as economias dos países de nosso continente.

ROTEIRO PARA PREPARAR DEBATE SOBRE INSTRUMENTO POLÍTICO.

Companheiros/as

Nas últimas semanas temos participado de diversos espaços, coletivos e reuniões, aonde se aprofundou o debate da conjuntura política, dos desafios estratégicos e se iniciou uma reflexão, sobre a necessidade de construir um instrumento político que possa articular os militantes, quadros, lutadores, com objetivos estratégicos das transformações sociais que nosso povo precisa.

No entanto, a discussão é ainda muito recente e há muitos pontos complexos, confusos, que precisamos aprofundar seu entendimento.

Sabemos que o instrumento político visa organizar, articular os militantes e quadros para um projeto político de transformação, que extrapole os marcos institucionais. Que tampouco se trata de fundar partido, para disputar eleições. Esse instrumento a classe trabalhadora já tem diversos.

A partir de um debate mais detalhado, aprofundado, deveremos ir construindo a concepção da natureza, tipo e papel do instrumento político, que ora estão pouco claros.

Também, precisamos aprofundar o debate sobre o método de construir o instrumento político.

Sabemos que devemos cuidar para não cair no sectarismo e simplismo de formulas prontas e verdades absolutas. Mas também, não podemos ser refém de um imobilismo que nos engessa e impede que se avance.

Tudo isso, sabemos, não é uma tarefa fácil. Será um longo caminho a ser percorrido e construído de forma coletiva.

Precisamos ter a abertura e generosidade para ir construindo com as propostas com idéias de todos/as.

Para efeito de ordenar o debate, elencou-se alguns desafios que precisam de aprofundamento e respeito.

1. Quem são os quadros e militantes que queremos articular. Que tenham compromissos, seja sérios, responsáveis e tenham uma prática de vida vinculado a valores e a alguma organização social?
2. Qual é a ação, a meta síntese que pode unificar as várias articulações sociais e as atividades da militância? Para que tipo de tarefas precisamos de um instrumento político. Que tarefas são essas?
3. Quem são os atores sociais prioritários na nossa sociedade, que devemos nos dedicar para articular e organizar? Quem é o "pobretariado" na sociedade brasileira?
4. Qual deve ser o "método" de articular, de construir os núcleos de militantes?
5. Como construir esse processo de disputa da hegemonia de nossas idéias na sociedade, através dos meios de comunicação? De que meios de comunicação deveriam ser prioritários: rádios, jornais, Internet, vídeo, cinema, atividades culturais?
6. Qual seria a pauta de temas estratégicos que todos os núcleos deveriam estudar e debater?
7. Que lutas sociais seriam prioritárias, na atual conjuntura, para de fato acumular forças na classe trabalhadora?
8. Como designar responsáveis em cada estado, para que assumam a tarefa de ir construindo os núcleos e articulando-os entre si? E como será a articulação entre os núcleos? Por representantes, por comunicação via Internet?
9. Que programa de estudos deveria ser o básico para todo militante conhecer, estudar, e orientar os cursos de formação em todos os estados?
10. Como os militantes e o próprio instrumento político se apresenta para a sociedade brasileira, para disputar a hegemonia.

11. Como elevar o nível de consciência político-ideológica e cultural das massas, na atual conjuntura? Que passos vamos dar para lograr isso?
12. Como potencializar e realmente fazer com que funcione as diversas frentes de massa que atuamos, como CMS, campanha contra a ALCA, Grito dos Excluídos, Via Campesina, Semana Social?
13. Que movimentos de massa, urbanos deveríamos nos dedicar a organizar, para contribuir para o reascenso do movimento de massas, em especial nas cidades?
14. Que regiões são estratégicas, prioritárias, para termos organização de massa?
15. Como podemos ir implementando o exercício do poder popular, em localidades e regiões, seja por assembleias, conselhos, prática de consultas populares, etc?

ORIENTAÇÕES:

- a) cada companheiro/a deveria se dedicar a estudar essas quinze questões, e ver como escrever as respostas para essas questões. Se tiver algum coletivo na sua região ou estado, poderia envolvê-los também.
- b) Na reunião do dia 19 de janeiro, vamos reunir as respostas e procurar gerar um texto que ajude o debate mais amplo.

Proposta da II Assembleia Nacional dos Lutadores e Lutadoras do Povo a ser discutida nos estados.

5

DOCUMENTO - MOVIMENTO CONSULTA POPULAR

A Consulta Popular é um Movimento Político dos Lutadores e Lutadoras do Povo que se organiza com os seguintes objetivos e regras de funcionamento:

I - CONSTITUEM OBJETIVOS DO MOVIMENTO CONSULTA POPULAR:

- 1º - Difundir e debater com a população em geral, a necessidade de construir um Projeto Popular para o Brasil;
- 2º - Estimular e apoiar os movimentos sociais existentes, bem como, colaborar para o surgimento de outras formas de lutas e organizações;
- 3º - Lutar pela conquista e construção do poder político para implementar um Projeto Popular, que represente as necessárias transformações sociais que resolvam os problemas estruturais do povo brasileiro;
- 4º - Desenvolver a consciência e a prática de valores visando a permanente construção de uma moral socialista;
- 5º - valorizar a cultura popular como elemento básico da construção da identidade da nação;
- 6º - Organizar e motivar os trabalhadores para desenvolverem lutas de massas, realizar a Revolução Brasileira e organizar uma sociedade socialista;
- 7º - Contribuir na articulação e construção da solidariedade e da luta internacional dos trabalhadores.

2. SÃO COMPROMISSOS DO MOVIMENTO CONSULTA POPULAR

- 2.1) O Compromisso com a Soberania**, que é a conquista, pelo povo brasileiro, da capacidade de definir com autonomia seus próprios objetivos, bem como os caminhos que deseja trilhar para alcançá-los;
- 2.2) O Compromisso com a Solidariedade**, que exige a mobilização de todos os recursos e de toda a capacidade produtiva, técnica e cultural do Brasil para eliminar a miséria e a pobreza, garantindo a todos um patamar comum de dignidade e igualdade;

2.3) O Compromisso com o Desenvolvimento, ou seja, com o uso pleno da função social de nossas terras, recursos, instalações produtivas e capacidade de trabalho, em um mutirão que nos retire da condição de país periférico e dependente;

2.4) O Compromisso com a Sustentabilidade, que traz para o centro das preocupações a proteção ao ser humano e à natureza que nos cerca;

2.5) O Compromisso com a Democracia Popular, cuja construção passa por uma profunda transformação nas instituições de poder, bem como nos meios de comunicação de massas, para colocá-los sob controle do povo.

3. AS MEDIDAS FUNDAMENTAIS PARA ALTERAR O SISTEMA DE PODER

Detêm o poder aqueles grupos que comandam recursos e instituições decisivas na organização da vida social, fazendo com que a sociedade funcione de forma subordinada a seus interesses. A causa principal da prolongada crise brasileira é o controle, pelas elites dominantes, desses instrumentos de poder. Democratizá-los é o ponto central do nosso projeto, que tem como ponto de partida sete medidas fundamentais:

3.1) A democratização da terra, principal recurso natural do país;

3.2) A democratização do solo urbano, condição para um reordenamento da vida nas cidades, onde está a maioria da nossa população;

3.3) A democratização da informação, que determina a formação de opiniões e valores, desempenhando assim um papel central na organização social e política;

3.4) A democratização da cultura, elemento decisivo para a reconstrução da identidade e da auto-estima do nosso povo;

- 3.5) A democratização do poder político com a transformação estado, construindo um estado que corresponde aos interesses e necessidades de nosso povo;
- 3.6) A democratização da riqueza acumulada pela apropriação dos meios de produção e transporte industriais e comerciais, possibilitando que se implemente as transformações históricas exigidas pelo povo brasileiro;
- 3.7) A democratização do sistema de ensino em todos os níveis tornando toda educação um serviço público e gratuito.

4. NATUREZA DO MOVIMENTO CONSULTA POPULAR

- 4.1) O Movimento Consulta Popular é uma organização política que visa aglutinar o maior número de lutadores do povo comprometidos com a luta pelo Projeto Popular;
- 4.2) Desenvolve todas as formas possíveis de luta política, vinculada permanentemente com as massas, para elevar o nível de consciência e de organização, capaz de alterar a correlação de forças na sociedade, rumo as mudanças necessárias;
- 4.3) Articula-se com as demais forças, correntes e partidos de esquerda;
- 4.4) Sua construção e formato atenta para o contexto histórico em que vivemos e as tarefas políticas necessárias, considerando que se trata de um processo permanente de construção cuja velocidade estará de acordo com a realidade de cada região e com sua capacidade organizativa, bem como, exigirá constante paciência histórica;
- 4.5) Utiliza a pedagogia do exemplo como método de educação política;
- 4.6) Concentra suas energias prioritariamente para fora, para a sociedade, buscando organizar os trabalhadores, os pobres,

como uma força social, moral e política que possa mudar o Brasil;

- 4.7) Referencia-se nos grandes pensadores e mártires do povo, que ao longo de nossa história contribuíram significativamente para a luta pela libertação do povo brasileiro;
- 4.8) Estimula a utilização de todas as formas de manifestações culturais de nosso povo que favoreçam nossa identidade e auto-estima;
- 4.9) Desenvolve uma nova prática pedagógica política, que eduque pelo exemplo, pela humildade e não pela disputa, pelo vanguardismo, hegemonismo ou sectarismo;
- 4.10) Norteia suas ações e prática cotidiana na sociedade, pelos valores socialistas, a saber: solidariedade, companheirismo, luta pela igualdade entre todas as pessoas, indignação contra qualquer injustiça social;
- 4.11) Luta contra a discriminação de qualquer natureza de renda, gênero, etnia, cor, opção religiosa, orientação sexual etc.;
- 4.12) Pratica a disciplina no respeito às decisões coletivas, o amor ao estudo, o espírito de sacrifício a humildade e lealdade com o povo;
- 4.13) Enfrenta o personalismo a deslealdade e a corrupção;
- 4.14) Prioriza a participação de jovens e militantes das camadas populares, contribuindo permanentemente na sua formação como Lutadores e Lutadoras do Povo.

5. ESTRUTURA BÁSICA DE FUNCIONAMENTO

- 5.1) O Movimento Consulta Popular se estrutura através de Núcleos, organizados por movimento social, área geográfica ou setor de atuação, coordenados por Comissões Municipais, Comissões Estaduais e pela Coordenação Nacional;

- 5.2) Os Núcleos são a instância principal de estudo, elaboração teórica, análise da realidade e planejamento da ação. Se constituem com um mínimo de 5 e um máximo de 21 participantes;
- 5.3) Os Núcleos as Comissões Municipais, Estaduais e a Coordenação Nacional se constituem como equipes de trabalho, de debate, estudo, planejamento e articulação para a lutas de massa, não constituindo centros de exercício de poder e de disputas. Funcionam de forma regular e permanente, com a distribuição interna de tarefas;
- 5.4) A ausência injustificada em mais de três reuniões implica no afastamento e substituição dos integrantes das Comissões Municipais, Estaduais e da Coordenação Nacional;
- 5.5) As Assembléias Estaduais poderão estabelecer Comissões Regionais;
- 5.6) A Assembléia Nacional dos Lutadores e Lutadoras do Povo, que se reúne a cada dois anos é a instância máxima deliberativa do Movimento Consulta Popular;
- 5.7) A Assembléia Nacional dos Lutadores e Lutadoras do Povo poderá ser convocada extraordinariamente pela Coordenação Nacional diante de necessidade política;
- 5.8) A Assembléia Nacional dos Lutadores e lutadoras do Povo é composta por delegados eleitos nas Assembléias Estaduais, com critérios previamente divulgados;
- 5.9) A Comissão Nacional será eleita na Assembléia Nacional e as Coordenações Estaduais nas Assembléias Estaduais respectivas;
- 5.10) Nos anos que não ocorrer a Assembléia Nacional se realizará uma Plenária Nacional composta pela Coordenação Nacional e as Coordenações Estaduais e Municipais.

6. PARTICIPAÇÃO

Participam do Movimento do Movimento Consulta Popular:

- 6.1) Todo os Lutadores e Lutadoras do Povo, que comungarem com as linhas gerais, princípios e objetivos do Projeto Popular para o Brasil, e se dispuserem a realizar uma militância social, solidária, gratuita, em prol da difusão do programa e da conquista do poder pelo Povo Brasileiro;
- 6.2) Que se comprometam em atuar de forma militante assumindo e implementando tarefas definidas coletivamente nas instâncias do Movimento;
- 6.3) Que se comprometam em assegurar uma Contribuição financeira regular. Todo militante deve contribuir para as necessidades financeiras do Movimento, nos valores decididos coletivamente. Seja com contribuição de sua renda, seja ajudando na venda de materiais ou buscando outras formas de contribuição.